

# Escolas Como a arquitectura está a ser usada para transformar o ensino Págs. 2 a 5



MIGUEL MANSO

Escola de D. Dinis, em Chelas



ENRIC VIVES-RUBIO

Liceu de Passos Manuel, Mercês



DANIEL ROCHA

Pólo de D. João de Castro, Alto de Santo Amaro

## Parque Escolar Como estão os estabelecimentos depois das obras de renovação

# As novas escolas querem mudar o ensino em Portugal

A sala de aula já não é o espaço mais importante da escola, acredita a Parque Escolar. A arquitectura poderá transformar o ensino?

Alexandra Prado Coelho

Uma escola descentrada da sala de aula, em que os alunos se espalham por espaços informais, com os seus computadores portáteis, cruzando-se com os professores na biblioteca e discutindo projectos - é esta a visão que a Parque Escolar tem para o ensino em Portugal.

Para a entidade pública empresarial que até 2015 vai modernizar 332 estabelecimentos de ensino por todo o país, a escola em que os estudantes não podem estar nos corredores durante os intervalos e em que tudo se centra nas salas de aula nas quais professores em cima de estrados "dão a matéria" a alunos sentados em filas de mesas e cadeiras faz já parte do passado.



Muito depende da forma como os professores reagem em cada escola, diz Teresa Heitor, responsável da Parque Escolar

A modernização das escolas anunciada pelo Governo de José Sócrates não é apenas um projecto em que as velhas escolas, com a pintura a cair e janelas que não fecham, passam a ter um novo rosto. A ideia é aproveitar as obras - e o ano escolar que agora termina foi de esforço para as escolas, obrigadas a trabalhar no meio de máquinas, e poeira - para modernizar também a concepção do ensino.

Para lá das polémicas que têm rodeado o projecto, lançado em 2007, (o sistema de ajuste directo de projectos criou mal-estar entre os arquitectos e levantaram-se dúvidas sobre as intervenções, sobretudo nos liceus históricos) a ideia é aproveitar as obras para modernizar também a concepção do ensino. Mas as novas ideias vão ter que caber em fatos antigos - não estão a ser construídas escolas de raiz; o que se está a fazer é recuperar edifícios, dos chamados "liceus históricos" do princípio do século XX, passando pelos que foram construídos pelo Estado Novo, nos anos 30, 40 e 50, até ao modelo de pavilhões (de bai-

xa qualidade de construção), que se espalhou por todo o país a seguir ao 25 de Abril, com a democratização do ensino. Será o novo modelo compatível com estes antigos espaços?

O PÚBLICO foi ver o que prevê o programa de modernização, que modelo de escola inspira esta iniciativa, e que transformações estão de facto a acontecer nos edifícios. Visitámos cinco escolas e conversámos com a arquitecta Teresa Heitor, vogal do conselho de administração da Parque Escolar, ouvimos arquitectos e professores.

## Biblioteca no centro

O ensino está a mudar, diz Teresa Heitor. "Hoje não se centra apenas no ministrar de conhecimento e competências básicas de professor para aluno. Vai mais longe. Há princípios que a escola tenta divulgar que têm a ver com um melhor acesso à informação, uma capacidade para gerir essa informação".

Num modelo muito inspirado em experiências de países como a Finlândia ou a Holanda, a Parque Escolar propõe uma escola com espaços mais informais (é o conceito da *learning street*, ver texto nestas páginas), locais para pequenas exposições de trabalhos e, acima de tudo, uma biblioteca, que passa a assumir um lugar central, com jornais, revistas, computadores, Internet. No caso dos liceus antigos, mantém-se por vezes a biblioteca original como "memória histórica" e espaço mais formal, e cria-se uma nova.

A biblioteca deve ser um "espaço aberto à comunidade": juntas de freguesia ou outras entidades poderão usá-las para iniciativas abertas ao exterior. Os novos pavilhões gimnodesportivos e salas polivalentes podem ser cedidos ou alugados pela escola, que se abre ao bairro e pode ter fontes de rendimento alternativas. "A ideia é levar a escola para fora dos seus limites físicos, trazendo para dentro as pessoas de fora", explica Teresa Heitor. Em muitos casos pretende-se ainda instalar um Centro de Novas Oportunidades.

Tudo isto - acrescido da necessi-



Edifício novo construído entre os antigos pavilhões da escola D. Dinis pelo arquitecto Ricardo Bak Gordon

dade de novas salas de aula, novos laboratórios devidamente equipados, espaços para os professores poderem reunir-se e trabalhar (para além da tradicional sala de professores) e espaços para os alunos (nas escolas antigas a "sala de alunos" era o recreio coberto, salas fechadas só surgem nos anos 60) - representa, para os arquitectos a trabalhar nas escolas um desafio complicado.

“

*A melhor forma de conservar um edifício é habitá-lo. As escolas têm que continuar a ser escolas*

Michel Toussaint  
arquitecto

”

O programa é pesado e o que se lhes pede é que encontrem espaço nas escolas para o instalar - processo que se torna ainda mais complicado nos edifícios históricos, onde se tem especial cuidado na recuperação do original. As soluções são, obviamente, todas diferentes, mas passam sempre pela construção de área nova (que pode ficar mais ou menos escondida, conforme a opção). Há em média 30 por cento de construção nova, indica a responsável da Parque Escolar.

Mas, ao criar os tais espaços mais informais e ao "descentrar o ensino da sala de aula", não estará a arquitectura a ir à frente do que é a realidade das escolas hoje? No final da década de 60 foi precisamente isso que aconteceu "com o modelo das escolas abertas, em que se rebentava com os limites da sala de aula para criar grandes espaços", recorda Teresa Heitor. Na altura "as pessoas não foram capazes de se adaptar, mas isso foi há 40 anos e hoje há uma evolução do conceito do ensino centrado no aluno para um ensino centrado no trabalho corporativo". Sinal disso é o facto de os velhos estrados que colocavam o professor num plano superior terem desaparecido ao longo do tempo. Nas novas salas pretende-se flexibilidade,

para que o professor possa optar por um modelo de arrumação das mesas tradicional, em U, ou outro.

## "Tem que servir a vida"

Será este programa ambicioso de mais sobretudo quando é preciso adaptá-lo a edifícios antigos? "A arquitectura está relacionada com a vida, tem que servir a vida, não é a vida que vai servir a arquitectura", defende Michel Toussaint, vice-presidente da secção regional sul da Ordem dos Arquitectos e professor de arquitectura na Universidade Técnica de Lisboa. "A questão patrimonial tem os seus limites, [senão] o edifício transforma-se num museu, ou então abandona-se e vai-se para outro lado. Se estamos perante um conjunto patrimonial, ele tem que ser conservado, sem dúvida, mas a forma de o conservar é também habitá-lo. A arquitectura não tem sentido se não for habitada. As escolas têm que continuar a ser escolas."

Quanto à concepção dos espaços de ensino, Toussaint lembra que um país como a Holanda, por exemplo, "tem uma tradição de experimentalismo na arquitectura, e isso tem muito a ver com a própria sociedade". Em Portugal "há outras tradi-



MIGUEL MANSO

## Alguns números

30

Escolas com obras já concluídas ou em fase de conclusão. Custo: 391 milhões de euros

75

Escolas actualmente em obras. Esta fase está orçamentada em 841 milhões.

100

Número de escolas que a Parque Escolar pretende renovar na terceira fase, com um investimento de 1206 milhões de euros

30%

Porcentagem, em média, de construção nova nas escolas

ções de ensino, outras condições financeiras, de organização social, de eficácia administrativa e até de experiência arquitectónica". Pode não ser fácil transferir experiências de outros países.

A Parque Escolar tem noção disso.

Muito depende da forma como os professores reagem em cada escola, diz Teresa Heitor. O programa é discutido entre professores e arquitectos, que tentam adaptar o projecto da Parque Escolar às diferentes necessidades. Num processo em que as obras decorrem sem interrupção das aulas, "para a intervenção correr bem é essencial haver estabilidade na escola, além de liderança e capacidade [das direcções escolares] para mostrar que aquilo é para a melhorar."

Há escolas, reconhece Teresa Heitor, que têm maiores preocupações com a disciplina e não reagem tão bem à ideia de ter os alunos a circular pelos corredores durante os intervalos. Outras adaptam-se facilmente aos novos conceitos. Na D. Dinis, em Chelas, onde o arquitecto Ricardo Bak Gordon construiu um novo edifício que funciona como uma *learning street*, com vários espaços informais, "no primeiro ano os alunos passavam aí a maior parte do tempo", conta o director José António de Sousa. E passaram a ter muito mais cuidado com o equipamento - se antes era preciso limpar com frequência as paredes, isso deixou de acontecer. Poderá a arquitectura levar a um maior civismo?

## Fonte de inspiração

As escolas abertas do arquitecto holandês

A primeira imagem mostra uma turma numa sala de aula antiga, a olhar para um quadro, e com janelas que não permitem ver para o exterior. A segunda fotografia que o arquitecto holandês Herman Hertzberger [na foto] passa no ecrã é todo um outro mundo: espaços abertos, transparentes, crianças espalhadas por vários sítios, em almofadas, umas a ler, outras a comer. São as escolas que Hertzberger tem projectado para a Holanda (ligadas ao projecto educativo dos colégios Montessori) e cujo conceito de *learning street* (um espaço aberto e informal que permite estender a transmissão de conhecimentos para fora da sala de aula) foi uma das inspirações da Parque Escolar em Portugal.

Hertzberger esteve em Lisboa recentemente a convite da Parque Escolar e explicou numa conferência que "o tempo das salas de aula com corredores por fora acabou" e que o que temos hoje são "salas de aula abertas, com painéis de vidro, onde tudo é espaço para aprender. Uma das suas grandes obsessões é degraus - largos degraus de madeira que desenha em todas as suas escolas e que se tornam, espontaneamente, locais de reunião das pessoas, adultos ou crianças, que os usam para os mais variados fins.

Há também pequenos recantos (e as imagens mostram as crianças a ler, ou a conversas num espaço aproveitado por baixo de umas escadas, por exemplo), e há espaços "abertos" no chão, como pequenas piscinas sem água,

que podem servir para uma apresentação de um trabalho ou apenas para uma conversa informal entre uma professora e um grupo de alunos. No final, Hertzberger disse ao PÚBLICO que não comentava a intervenção da Parque Escolar nas escolas portuguesas porque não a conhecia, mas garantiu que os espaços abertos não colocam problemas de disciplina. "Eu não afecto a disciplina das crianças. Pelo contrário. Por que é que hoje há tantas crianças que não são disciplinadas? Porque não estão interessadas no que

estão a fazer. Tendo possibilidade de trabalhar em diferentes projectos, estão mais concentrados."

A.P.C.



## Conforto ambiental

# Regulamentos são pensados "para o Norte da Europa"

● Em 1912, um ano depois do Liceu Passos Manuel ter sido inaugurado em Lisboa, o reitor fazia um relatório com uma série de queixas: os enormes pés-direitos das salas não permitiam que os alunos ouvissem bem o que os professores diziam; a iluminação não era a melhor; e havia um frio de rachar. "Notava-se indisciplina na sala e os professores atribuíam isso às condições", conta Teresa Heitor, responsável da Parque Escolar.

Bom ar, bom som, boa luz - todos concordam que são fundamentais numa sala de aula. Mas muitos arquitectos acham que a legislação aplicada em Portugal é exagerada e pesa demasiado nos edifícios históricos que não estão preparados para a carga de infra-estruturas que passou a ser necessária. Em muitos casos a solução para colocar toda a parte técnica é, por exemplo, sacrificar os altos pés-direitos das escolas antigas colocando aí as tubagens e interferindo com a harmonia do edifício. Os regulamentos relativos ao conforto ambiental "são extremamente rígidos", reconhece Teresa Heitor. O problema é que "resultam da transposição de directivas europeias ainda pouco testadas em Portugal", e vocacionadas para responder a problemas climáticos de países do Norte da Europa. "Há um desajuste nos padrões que estão a ser solicitados".

A discussão: "Como intervencionar os edifícios para responder à regulamentação, sem os ferir". Teresa Heitor garante que essa tem sido uma das grandes preocupações da Parque Escolar, que está "a trabalhar com os organismos públicos que gerem esse sector para mostrar alguns exageros da actual legislação."

E o problema não se coloca apenas nas escolas - é mais geral, afirma João Appleton, engenheiro civil com grande experiência na reabilitação de edifícios antigos. "Não há excesso de legislação, há é uma forma pouco adequada de a aplicar". Ou seja: aplicar a um edifício antigo regulamentos que foram pensados para construção nova leva a "situações absurdas". Exemplos: as normas de acústica e os chãos de madeira dos prédios antigos - "para cumprir o regulamento temos que mudar o chão e o tecto e deixa de parecer o edifício antigo".

As escolas são apenas um caso em que "se leva ao limite máximo a aplicação dos regulamentos". O problema é que "não é garantido que quem faz a certificação esteja disponível para ter uma visão mais flexível". E esta é uma situação que João Appleton não tem visto noutros países europeus que, tendo as mesmas regras, conseguem aplicá-las de forma mais racional. Em Portugal, esta atitude "acaba por desincentivar a recuperação de edifícios antigos".

Quanto às escolas deixa ainda uma pergunta: "Estão-se a instalar equipamentos pesadíssimos, que vão ter



Corredor no Liceu Pedro Nunes

custos de funcionamento, de conservação e manutenção. Haverá dinheiro para pôr tudo isto a funcionar?" A Parque Escolar admite, no documento sobre o novo modelo de edifício escolar, que "o consumo energético subirá substancialmente [...] pelo que há que garantir soluções de auto-suficiência energética [...] através de energias renováveis".

Os problemas dos regulamentos "colocam-se constantemente" na arquitectura em Portugal, concorda Michel Toussaint, vice-presidente da secção regional sul da Ordem dos Arquitectos. "Na maior parte dos casos são mal feitos, muito rígidos e pouco adaptados às condições. Infelizmente temos uma produção legislativa para a arquitectura que é muito má."

No caso das escolas, Toussaint interroga-se sobre se nos modelos de pavilhão (que surgiram por todo o país a partir dos anos 70), com baixa qualidade construtiva, não seria melhor nalguns casos "deitar abaixo e construir de novo em vez de recuperar". Por vezes, é mais fácil ter financiamento para reabilitação do que para construção de raiz, mas não será a melhor solução, diz.

Uma das dificuldades que a Parque Escolar enfrentou teve a ver com as alterações legislativas relativas à certificação energética, que aconteceram em 2007, precisamente quando o programa estava a arrancar. Há, por isso, uma série de opções que estão ainda a ser testadas: as quatro escolas-piloto e a Passos Manuel, por exemplo, vão ter painéis fotovoltaicos, mas para já em fase experimental.

"Há riscos neste programa que têm a ver com o facto de estarmos a testar soluções pela primeira vez", reconhece Teresa Heitor. "Alguns novos materiais não têm respondido como seria de supor e isso obriga a fazer correcções". A substituição de pavimentos de alcatrão por um material como o Terraway, por exemplo - "é muito agradável de pisar, mas qualquer pastilha elástica fica agarrada e não se consegue limpar".

Alexandra Prado Coelho

# Destaque

## Parque Escolar Como estão os estabelecimentos depois das obras de renovação

### Há 30 por cento de construção nova e nem sempre é fácil encaixá-la

Alexandra Prado Coelho

O mais delicado é intervir nos liceus históricos, edifícios com valor patrimonial. Os pavilhões, dos anos 70, são edifícios de fraca qualidade

● A primeira questão que se coloca aos arquitectos que estão a trabalhar em escolas para a Parque Escolar é perceber onde vão encaixar a nova área de construção que o programa prevê. É preciso encontrar o espaço e depois conciliar essas novas áreas com o edifício que já existia. Como é que eles têm resolvido o problema?

#### Arquitectura contemporânea numa escola de pavilhões

A Ricardo Bak Gordon coube a primeira intervenção da Parque Escolar numa escola de pavilhões (de 1972). A primeira vez que entrou na D. Dinis, em Chelas, encontrou uma série de pavilhões e, entre eles, “uns canteiros, umas diferenças topográficas, umas passagens cobertas muito precárias que faziam as ligações”. Foi nesse espaço, em frente do portão de entrada, que decidiu colocar o edifício novo. É uma estrutura ondulante (em contraste com as linhas direitas dos pavilhões), “sem um princípio ou um fim evidentes”, que serpenteia entre os pavilhões, aos quais está ligada em alguns pontos.

BI

**Escola Secundária D. Dinis**  
Localização Chelas  
Arquitecto Ricardo Bak Gordon  
Estado da obra Concluída

Coberto por chapa metálica ondulada branca, este edifício alberga os novos espaços que a Parque Escolar prevê para as escolas: a biblioteca, uma sala polivalente, auditório, sala dos professores e vários espaços informais onde os alunos se podem sentar a usar computadores, a estudar ou a fazer outras actividades (a *learning street* proposta pela Parque Escolar). O interior é negro e o chão é vermelho. Há espaços a diferentes níveis porque o pavimento vai-se moldando ao terreno que encontra, e no tecto ficaram visíveis as infra-estruturas.

Aqui não existia o peso de uma intervenção sobre um edifício histórico, mas havia outros problemas. Nos pavilhões, foi necessário fazer

uma recuperação de fundo, com correcções térmicas e acústicas, vidros duplos, portadas de protecção solar, climatização em salas com computadores. “Ficaram as paredes mestras e pouco mais”, afirma Bak Gordon. Brancos, os pavilhões têm uma nota de cor nos estores verdes.

Para que a escola se possa abrir à comunidade, é possível isolar a parte do polidesportivo, campos de jogos (novos) e acesso ao bar para alugar ou ceder aos fins-de-semana sem interferir com o resto da escola. Existe ainda, isolado dos outros, um pavilhão para o Centro de Novas Oportunidades. “Houve melhorias claras”, reconhece o director José António de Sousa, não só ao nível do conforto das salas de aula, como da possibilidade de utilização de espaços para os professores se reunirem (antes tinham que o fazer fora do tempo de aulas porque não tinham sala).

#### Recuperar a ideia do antigo pátio

O arquitecto Pedro Botelho foi aluno do Liceu Pedro Nunes (um projecto de 1911, do arquitecto Ventura Terra) e lembra-se de um espaço diferente. “A ideia de que o edifício estava intocado é completamente errada, estava muito tocado”, diz. Nos anos 60, “foi feita uma demolição, que considero gravíssima, do coração central do liceu: a antiga cantina com os pequenos ginásios dos lados, mas sobretudo o telheiro coberto do recreios, onde estavam as mesas de pingue-pongue, e onde se liam os jornais”. Botelho confessa que ficou chocado quando viu o pátio transformado “numa paradede um quartel”.

A directora da escola, Ana Maria Vilarinho, concorda que o espaço do pátio era demasiado grande e pouco aproveitado pelos alunos. Foi portanto aí, nas traseiras do corpo principal do liceu, que Botelho e Beija colocaram o novo edifício que era necessário para o alargamento das instalações previsto pela Parque Escolar: 32 aulas de ensino normal, cinco novos laboratórios, cinco salas tipo e uma biblioteca. “A ideia foi tentar encaixar todo o programa novo num edifício que de alguma maneira refaça um pátio” (entre os dois edifícios). Ao fundo, num corpo destacado, fica o antigo ginásio desenhado por José Segurado, com a cantina, um novo campo coberto, e entre estes e o corpo central do liceu ficam os campos de jogos descobertos.

O edifício novo tem uma linguagem claramente diferente da do antigo, mas o objectivo, dizem os arquitectos, foi “ser modesto, não gritar ao

Escola Secundária D. Dinis



MIGUEL MANSO

Escola Secu



lado do outro, fazer como quando se está ao pé de alguém com idade muito interessante”. A ligar os dois haverá um “deambulatório” (recuperando a ideia do que existiu no passado) de ferro, madeira e coberto por tela (antigamente, era telha).

No edifício antigo, à excepção da decisão de utilizar uma porta de entrada diferente (que conduz tanto ao novo edifício como ao antigo), não foram feitas alterações estruturais. “Intervencionámos o mínimo possível”, diz Rosário Beija. “Tivemos uma atitude de absoluto respeito pelo edifício, mas houve mexidas anteriores que não conseguimos reverter”.

A carga de instalações técnicas ficou no tectos, para o que foi neces-

sário sacrificar o pé-direito, mas mais uma vez a opção foi a de que essa intervenção fosse legível - algo que se adicionou ao espaço e isso fica claro. Todas as madeiras das portas e janelas, anteriormente castanhas-escuras, foram pintadas de cinzento-azulado, aumentando a luminosidade.

O Pedro Nunes tem cerca de 1200 alunos, mas não vai aumentar as vagas. “Até aqui, havia dois turnos intensivos, agora vamos passar a funcionar com um turno único”, explica a directora.

#### À procura de espaço para construir

Na Josefa de Óbidos (anos 50), o principal problema dos arquitectos José Martinez e Miguel Beleza (Atelier Central) foi perceber para onde é que a escola poderia crescer. Não havia, à primeira vista, espaço para isso. Mas depois perceberam que na parte de

trás existia um talude semi-abandonado, com arbustos, ervas daninhas, lixo, um espaço totalmente desaproveitado. “Comendo” um pouco a esse talude conseguiram fazer crescer a escola, transformando o que anteriormente era um espaço coberto mas aberto, em algo semelhante a

uma *learning street*, com a loja dos alunos, um bar, etc.

Foram construídos dois novos corpos, cada um com dois pisos - um, aproveitando um antigo campo que já não usavam, ligado à entrada da escola, onde está a nova biblioteca (facilmente acessível mesmo para pessoas de fora) e um novo ginásio. E o outro com o novo refeitório e no-



ENRICH VIVES RUBIO

Escola Básica e Secundária Passos Manuel

ndária de Pedro Nunes



JOÃO GASPAR

Escola Básica e Secundária Josefa de Óbidos



RUI GAUDÊNCIO

vas salas de aula no piso superior. A entrada que a escola tinha “era muito perigosa”, por estar demasiado próximo da estrada, e por isso foi alterada - conduz agora ao *hall* de entrada, que dá acesso à biblioteca, e onde foi criado um espaço para exposições, que a escola já aproveitou para expor bordados da antiga escola feminina que ali funcionou.

“Esta escola tinha um sistema construtivo antigo, muito resistente”, explicam os arquitectos, “e o que fizemos foi uma reinterpretação no moderno, com os mesmos materiais mas um desenho mais contemporâneo.” Nos edifícios novos, a opção foi “usar materiais contemporâneos, como o betão, mas mantendo o conceito, a proporção e o ritmo existente” no edifício antigo.

Para o director Jorge Nascimento, esta é uma oportunidade para fazer renascer a escola, que “chegou a 2006 com um número manifes-

tamente pequeno de alunos, uma relação de 300 alunos para 100 professores”. O agrupamento de escolas Padre Bartolomeu de Gusmão quis crescer e integrar o 3.º ciclo e a solução foi instalar-se na Josefa de Óbidos. “Há dois anos, encontrámos a escola com condições degradadas e decidimos vir com a garantia de que ia ter intervenção da Parque Escolar”, conta o director. Com as novas instalações e “a fama que já trazíamos”, sente-se já um aumento de procura por parte de novos alunos. “Foi preciso chegar aos 52 anos para saber o que é uma escola com aquecimento”, desabafa.

### Como mexer no liceu mais antigo?

Foi o primeiro liceu do país. Criado em 1836, instalado neste local em 1911. É, por isso, o mais histórico entre os históricos. Os arquitectos Victor Mes-

tre e Sofia Aleixo (que não estiveram disponíveis para acompanhar a visita do PÚBLICO ao edifício) optaram por manter praticamente intocado o corpo original do edifício, instalando os novos espaços por debaixo dele.

Por baixo da zona dos antigos laboratório e anfiteatro de Química (que

### BI

**Escola Bás. e Secund. Passos Manuel**  
Localização Mercês  
Arquitectos Victor Mestre e Sofia Aleixo  
Estado da obra Concluída

foram recuperados, mas mantidos na sua forma original, com o mobiliário antigo, como pequenos museus), foi encontrado espaço para instalar os novos quatro laboratórios e o refeitório. O acesso a este pode ser feito pelo exterior, por uma rampa em caracol que conduz até ao envia-draço do refeitório.

Os outros corpos novos foram cons-truídos fora do edifício principal mas

também de certa forma escondidos, com dois novos ginásios em baixo e um campo de jogos na cobertura.

Este é o exemplo de um edifício onde era particularmente difícil encaixar o conceito de *learning street*. Era preciso criar espaços informais numa estrutura que foi pensava precisamente para ser um espaço formal de uma escola clássica. Aleixo e Mestre fizeram, em alternativa, aproveitamento de alguns espaços mais amplos tanto no interior como no exterior, junto aos pátios claustro que são umas das imagens marcantes do Passos Manuel, envidraçando-os e criando aí um bar e a loja dos alunos.

Também a ideia de biblioteca que a Parque Escolar propõe era difícil de concretizar aqui. A opção foi manter a biblioteca histórica intocada e encontrar um novo espaço dentro das antigas instalações para transformar numa biblioteca menos formal e mais informatizada.

“Anteriormente, a rede eléctrica não aguentava os aquecedores e o liceu era muito frio no Inverno”, conta o director, João Paulo Leonardo, recordando que esse era um problema muito antigo. “O relatório do primeiro reitor da escola ao fim do primeiro ano de funcionamento, queixava-se do frio. Foram precisos 99 anos para resolver o problema, mas agora vamos ter um edifício inteligente”. Não se sabe ainda é quanto subirá a conta da electricidade - há uma pequena experiência com painéis fotovoltaicos para o aquecimento da água, mas que não dará resposta a todas as novas necessidades.

### Um edifício novo encostado ao antigo

Apesar de o liceu ser anterior (do final dos anos 20), passou por diversas instalações, e o edifício agora recuperado, no Alto de Santo Amaro, é já do final da década de 1940. Ao contrário do que acontece com outros edifícios recuperados pelo programa da Parque Escolar, neste caso o que vemos em primeiro lugar quando chegamos

ao Pólo é o edifício novo desenhado por Gonçalo Byrne e que foi encostado ao antigo.

Uma entrada conjunta dá acesso ao Pólo, que integra, por um lado, a Escola Secundária Rainha D. Amélia (de que não trataremos neste texto), e, por outro, a Fonseca Benevides e o Cinel - Centro de Formação Profissional da Indústria Electrónica (estes dois no mesmo edifício). A ideia da Parque Escolar foi juntar num único pólo três escolas, tentando rentabilizar o espaço e criar sinergias entre elas (por enquanto, a Fonseca Benevides e o Cinel ainda estão abaixo da capacidade que têm).

Para racionalizar a ligação à Rua de Jau (anteriormente, havia um desnível entre a rua e o liceu, construído numa encosta), foi criada uma praça elevada que conduz directamente ao novo edifício, de 88 metros de comprimento, e no qual estão instalados os laboratórios de electrónica, electromecânica, informática,

### BI

**Pólo de D. João de Castro**  
Localização Alto de Santo Amaro  
Arquitecto Gonçalo Byrne, Arquitectos  
Estado da obra Concluída

Por baixo dessa praça elevada, passou a existir um refeitório, cafeteria e novos espaços de recreio.

A ligação entre o edifício antigo e o novo faz-se já dentro de espaço fechado, mas através de uma passagem suspensa, que conduz directamente à biblioteca. Ao atravessarmos essa passagem, vemos à nossa frente a fachada traseira do antigo edifício, que agora passa a estar num espaço interior. É a partir deste “vazio” que vemos a circulação nos outros andares.

A parte da frente do edifício original passa a ser (na realidade, já era, pelo hábito de uso) as traseiras da escola. O portão que foi originalmente desenhado para ser a entrada principal da escola há muito que não era usado, e a intervenção de Byrne foi apenas para “suavizar o frontão”, retirando o beirado de telha característico do Estado Novo.



DANIEL ROCHA

Pólo de Educação e Formação D. João de Castro

# Público

## Editorial

### O conta-gotas dos barcos para Gaza

*O que poderia ter sido uma operação simbólica pode transformar-se num conta-gotas insuportável*

Ontem, o exército israelita travou sem violência o caminho a mais uma tentativa de furar o bloqueio à Faixa de Gaza, desta vez um barco irlandês que depois foi conduzido ao porto de Ashdod, onde a sua carga de ajuda humanitária terá sido inspeccionada. O cerco, agora, depois da desastrada reacção que levou à morte de nove activistas a bordo de um barco turco, parece

virar-se contra Israel. Um barco, dois, três, e aquilo que no início poderia ter sido apenas uma operação de carácter simbólico e desafiador, pode transformar-se a prazo num conta-gotas insuportável. E ainda mais insuportável porque o primeiro balanço da operação no barco turco não é de modo a cobrir atenuantes: as autópsias realizadas aos nove corpos em Iambul assinalaram 30 disparos, a maioria feitos a curta distância e vários contra as costas ou a nuca dos visados. Um sargento disse, entretanto, ao jornal israelita *Jerusalem Post* que à sua frente viu uma “multidão de mercenários”: “Eram, sem dúvida, terroristas, podia ver o ódio nos seus olhos”.

É esta visão trágica que cega. Num *cartoon* seriíssimo, apesar de publicado no satírico *Inimigo Público*, António Jorge Gonçalves traçou desta paranóia um retrato exemplar. Escreveu “Como nós vemos Israel” e colocou um gigante monstruoso a esmagar pequenas

criaturas indefesas; ao lado, escreveu “Como Israel nos vê a nós” e colocou um jovem israelita, de costas e de arma na mão, frente a enormes gigantes encapuzados e vestidos de negro com facas, metralhadoras e microfones. Embora seja caricatura, é também a verdade. Foi o que viu o sargento israelita. É o que vêem os palestinianos quando os brutalizam. É o que lhes dá a ver a cegueira do medo e do ódio. O choque destes dias estancará as vítimas, mas não porá fim à cegueira que as vai matando.

### A arquitectura, sim, e o conhecimento?

O desafio pode ser estimulante: trabalhar os espaços escolares com a visão aberta da arquitectura e torná-los mais agradáveis e atractivos para quem os usa, professores ou alunos. Dessa experiência, onde se empenham já vários arquitectos,

por solicitação da Parque Escolar, damos conta nesta edição. Mas a anunciada modernização, até 2015, de 332 estabelecimentos de ensino por todo o país vem envolta numa outra promessa: a de, com tais obras, modernizar também a concepção do ensino. E é aqui que, mau grado os esforços de recuperação ou transformação física dos edifícios, surgem outras dúvidas. Corresponderão os programas, os métodos de ensino, a qualidade da aprendizagem, aos novos invólucros arquitectónicos? Dará o Ministério da Educação os passos necessários para pôr fim ao laxismo e para, a par de tais obras, promover um ensino de excelência, estimulante mas rigoroso, atractivo mas útil? Ou mudará a paisagem mas manter-se-á tudo o resto, esse resto de que não nos orgulhamos e que devíamos já ter mudado há muito? Se a arquitectura motivar a tal “revolução” que no ensino tarda, será um verdadeiro milagre. Mas Portugal é pouco dado a milagres, como se sabe.

Contribuinte n.º 502265094  
Depósito legal n.º 45458/91  
Registo ERC n.º 114410  
Conselho de Administração  
Presidente: Angelo Paupério  
Vogais: António Lobo Xavier,  
Cláudia Azevedo, Cristina Soares,  
Luís Filipe Reis, Miguel Almeida,  
Pedro Nunes Pedro  
E-mail: publico@publico.pt Lisboa  
Rua de Viriato, 13 - 1069-315 Lisboa.  
Telef.: 21011000 (PPCA); Fax: Dir.

Empresa 21011015; Dir. Editorial  
21011006; Agenda 21011007;  
Redacção 21011008; Publicidade  
21011013/21011014 Porto Praça  
do Coronel Pacheco, nº 2, 4050-453  
Porto; Telef.: 226151000 (PPCA) /  
226103214; Fax: Redacção 226151099 /  
226102213; Publicidade, Distribuição  
226151011 Madeira Telef.: 934290100;  
Fax: 707100049 Proprietário  
21011013/21011014  
PÚBLICO, Comunicação Social, SA.  
Sede: Lugar do Espido, Via Norte,

Maia, Capital Social €50 000,00.  
Detentor de mais de 10% do capital:  
Sonae Telecom, BV Impressão  
Unipress, Travessa de Anselmo  
Braancamp, 220, 4410-350 Arcozelo,  
Valadares; Telef.: 227537030;  
Imprejournal - Sociedade de  
Impressão, SA, Quinta Velha, Santo  
António do Tojal, Estrada Nacional  
n.º 115 ao km 80, 2660-161 Loures;  
Telef.: 210129700 Distribuição  
Logista Portugal - Distribuição

de Publicações, SA, Lisboa: Telef.:  
219267800, Fax: 219267866; Porto:  
Telef.: 227169600/1; Fax: 227162123;  
Algarve: Telef.: 289363380, Fax:  
289363388; Coimbra: Telef.:  
239980350, Fax: 239983605  
Assinaturas 808200095  
Tiragem média total de Abril  
50.458 exemplares  
Membro da ADCT - Associação  
Portuguesa do Controlo de  
Tiragem

Invulgar concentração religiosa na Baixa do Porto ignorada nas páginas do PÚBLICO

## A procissão que não existiu



**José Queirós**  
Provedor  
do leitor

**E**ram muitos milhares de pessoas, iluminando com velas a noite habitualmente deserta da Baixa do Porto e fazendo ecoar nas suas velhas ruas o som das rezas do rosário. Juntaram-se na noite da passada segunda-feira, 31 de Maio, e desfilaram da Igreja da Lapa até à Sé portuense atrás de uma pequeno ícone branco que os católicos conhecem pelo nome de imagem peregrina de Nossa Senhora de Fátima.

Foi uma cerimónia religiosa que nada teve de rotineiro. De acordo com uma reportagem do *Jornal de Notícias*, à qual devo boa parte das informações que aqui transcrevo, a referida imagem “não era contemplada no Porto desde 1957”. Procissões desta dimensão são hoje invulgares nas grandes cidades. Há quem refira, certamente com exagero, que participaram mais de 50 mil pessoas. As fotografias mostram que era, em qualquer caso, um mar de gente, nada habitual em desfiles na cidade. A marcar a natureza pouco comum da iniciativa, a procissão parou em vários pontos do centro urbano, para ouvir as intervenções de individualidades que não associaríamos de imediato às manifestações de devoção popular, como o banqueiro Artur Santos Silva, a editora Zita Seabra e o jornalista Carlos Magno, entre outros que responderam ao convite da diocese do Porto.

Poderá ver-se, neste acontecimento, mais um sinal do que alguns têm vindo a descrever como um renovado impulso do catolicismo português para se afirmar e intervir no espaço público. Talvez. Mas, perguntarão os que estão a ler-me, o que traz o tópico a esta página, quase uma semana depois? É simples: o jornal não dedicou uma linha ao desfile religioso. Para quem o compra para estar bem informado, não se passou nada no Porto na última noite de Maio.

O leitor Miguel Alvim insurgiu-se contra a omissão. Pergunta onde está a “isenção” do PÚBLICO e realça a “impressionante” mobilização conseguida pela diocese “num Norte deprimido pelo desemprego” e “pelo desinvestimento”, “onde já se passa fome”. E, antes de sentenciar que o jornal “não percebe que anda a leste dos problemas reais dos portugueses”, compara a ausência de qualquer referência à manifestação católica com o destaque que teria sido dado, na edição de 1 de Junho, com “eco em primeira página”, “ao encontro do primeiro-ministro, em S. Bento, com alguns elementos do lóbi homossexual”.

Seria fácil responder-lhe que uma coisa nada tem a ver com a outra, como, de facto, não tem. E que a chamada de capa, tal como a notícia no interior, se refere à entrada em vigor da lei que permite o casamento entre pessoas do mesmo sexo, e não ao encontro em S. Bento. Ou que o almoço de Sócrates com as chamadas associações LGBT é descrito num único parágrafo de um texto secundário (aliás dedicado a um protesto do lobby anticasamento homossexual por Sócrates não o ter recebido), e na legenda de uma fotografia que, é um facto, se destaca na mancha da página.

Mas parece-me mais pertinente notar um dado objectivo: esse encontro, que pode ser visto como um mero acto de *marketing* político, encontrou espaço no PÚBLICO, contra zero caracteres e zero imagens para a inusitada concentração católica no Porto. Permitindo que este e outros leitores se interroguem legitimamente sobre os critérios de selecção noticiosa de um jornal que se obriga, no estatuto editorial, a uma “informação diversificada”, “correspondendo às motivações e interesses de um público plural”.



Dito isto, é preciso explicar que houve um motivo para a omissão. “O PÚBLICO”, garante o director adjunto Nuno Pacheco, “não teve conhecimento, nem oficial nem particular”, da realização da procissão. “Não é habitual”, explica, “noticiarmos procissões: realizam-se muitas no país, cumprindo o calendário eclesiástico normal”. À redacção não terão chegado, neste caso, informações que permitissem prever um “acontecimento jornalístico”. “Se tivéssemos sabido previamente da procissão e

dos seus contornos incomuns”, conclui, “teríamos enviado repórteres e teríamos feito cobertura do acontecimento. Não foi, portanto, uma omissão deliberada”.

É uma justificação incontornável. Não se sabia, não se podia adivinhar. Não houve critério editorial contestável, apenas ignorância. Eu próprio pude averiguar que não terá havido grande divulgação da iniciativa fora dos meios da Igreja Católica e dos seus órgãos de comunicação. Parece aconselhável que a diocese reveja os seus métodos de divulgação noticiosa.

Ainda assim, sobram-me dois motivos de estranheza. Como é que um acontecimento que ocupa durante um tempo considerável o centro do Porto não chega ao conhecimento da redacção do PÚBLICO? É só um azar que dificilmente se repetirá, ou haverá falhas de organização que devem ser estudadas? E, para terminar, porque é que na edição de 2 de Junho se continuou a ignorar o que acontecera?

## Mais rápido nem sempre é melhor

● A colocação de despachos da agência Lusa na edição *on-line* do PÚBLICO tem provocado alguns equívocos e reclamações. Ainda que a origem da informação seja citada, os leitores tendem a ler esses textos como “notícias do PÚBLICO”, o que é compreensível, já que os lêem no PÚBLICO.

Quando se trata de matérias controversas, que recomendam a procura do contraditório, e os temas não foram (ou não foram ainda) tratados autonomamente pelo jornal, a colocação imediata na edição electrónica desses despachos – que frequentemente referem apenas a posição de uma parte, sendo essa parte com igual frequência o Governo ou a administração pública – provoca acusações de parcialidade, que deveriam ser evitadas com a adopção de um escrutínio mais rigoroso da informação fornecida pela agência.

Já abordei este problema na minha crónica de 16 de Maio, a propósito da controversia em torno de um concurso público para a admissão de novos diplomatas. Volto a referir-lo hoje, devido a outro processo de candidaturas lançado pelo Governo, neste caso visando o preenchimento de vagas para estágios nos serviços públicos. Trata-se do PEPAC (Programa de Estágios Profissionais na Administração Central).

No dia 27 de Maio, a edição electrónica do PÚBLICO anunciava em título: *Candidaturas ficam a quem das expectativas / Quase metade dos estágios na Função Pública estão por ocupar*. Seguiu-se um texto curto, com origem na Lusa, que começava assim: “Apenas 2700 jovens licenciados até aos 35 anos aceitaram até agora vagas para os estágios na Função Pública, um número que surpreendeu o

Governo, já que fica aquém dos cinco mil lugares disponíveis”. Devido a esta alegada, e de facto “surpreendente”, falta de interesse de jovens licenciados em apostar numa carreira na administração pública, a divulgação da lista dos seleccionados, que deveria ter sido feita na véspera, iria – anunciava o Governo – ser prorrogada por uma semana.

Contra o teor desta notícia protestou um leitor, dizendo que o PÚBLICO reproduzira “acriticamente” um despacho da agência noticiosa, que se limitaria “a fazer passar a versão governamental”. Estranhando que, entre muitos milhares de candidatos, só 2700 tivessem aceitado os estágios propostos (pessoas que se candidataram a numerosas vagas não teriam recebido nenhuma proposta), defendia que o processo de selecção fora pouco transparente. No seu entender, o Governo “queria fazer passar a mensagem” de que o problema consistiu na falta de candidaturas, o que conduziria à ideia de que “os malandros dos ‘licenciados desempregados’ não querem trabalhar”. É pena, concluía, “que a comunicação social não cumpra a sua função de escrutínio do poder”.

Solicitado a comentar este caso, o director adjunto Nuno Pacheco acha que “o leitor tem, no essencial, razão”, e reconhece que, “por vezes, a pressa em colocar em linha informações consideradas relevantes leva a falhas”. Pelo que “devia ter havido mais cuidado, atrasando a notícia para contactar outras fontes ou dá-la com uma formulação diferente”.

A meu ver, é esse o ponto. Os leitores teriam sido mais bem servidos se a informação, ainda que

mais tardia, fosse mais completa. O tema PEPAC deveria ter merecido investigação própria, até pela estranheza que sempre teria de provocar o não preenchimento de quase metade das vagas disponíveis para estágio. Deveria ter sido feito um esforço para se compreender porque é que isso acontecera, tendo havido milhares de candidaturas ao programa.

Foi o que o PÚBLICO acabou por fazer, pelo menos em parte, numa notícia publicada na última quinta-feira, em que a jornalista Raquel Martins relatou o desfecho do programa (2981 vagas ocupadas em cinco mil disponíveis) e deu voz, para além das fontes governamentais, a um grupo de jovens licenciados que se organizou para denunciar “atropelos e lacunas” no PEPAC. Fica a saber-se, e é um dado relevante, que o Estado irá gastar menos 22 milhões de euros do que o inicialmente previsto com o programa, poupando nos salários mensais de 900 euros que não terá de pagar a mais de dois mil estagiários.

Não será ainda a notícia definitiva sobre o caso, pois permanecem por esclarecer as queixas relacionadas com a alegada falta de transparência do processo de selecção. Como fica por averiguar a pertinência da sugestão oficial de que muitos candidatos terão recusado propostas por não estarem interessados em estagiar na localidade ou no serviço que lhes seriam destinados.

Mas foi um primeiro passo, a demonstrar que por trás de uma informação “surpreendente” há geralmente uma história por contar. Motivo bastante para o PÚBLICO não se limitar a colocar em linha, sem mais reflexão, qualquer despacho da Lusa.

*Para quem quer estar informado pelo que lê neste jornal, não se passou nada no Porto na última noite de Maio*



**Mundial**  
**Seleção nacional**  
**chega hoje à**  
**África do Sul**  
Págs. 26-28

**Açores**  
**Navio Atlântida**  
**vendido à**  
**Venezuela** Pág. 6



**Automóveis**  
**BMW artístico**  
**nas 24 Horas de**  
**Le Mans**  
Pág. 16

**Agricultura**  
**Apoios do Proder**  
**estão em 38 por**  
**cento** Pág. 21



**Opinião**  
**O turismo de Sócrates**



**Vasco Pulido Valente**

**O** eng. José Sócrates, como é sabido e lamentado, anda por esse mundo a pedinchar dinheiro para Portugal. Começou com farroncas de “modernizador” e acabou caixeiro viajante da nossa miséria. Uma actividade que ele provavelmente considera heróica e a que chama, para consumo interno, “diplomacia económica”: com certeza para não lhe chamar coisa pior. Esta diplomacia parece que lhe permite fazer declarações de amor ao repelente sr. Chávez

da Venezuela, o inventor do “bolivarismo” e um populista autoritário, sem educação e sem vergonha. O português, coitado, assiste ao espectáculo caladinho e quieto, porque tem um longo hábito do vexame e porque a experiência histórica já o ensinou que a cavalo dado não se olha o dente. Mas mesmo o português não engole tudo.

Digo isto porque ultimamente o sr. Sócrates resolveu juntar à pedinחה uma espécie de turismo pessoal que nos compromete. Quando foi ao Brasil, meteu uma lusitaníssima “cunha” ao Presidente Lula para conhecer o cantor (e compositor)

*A verdade incontestável é que, por um capricho, o primeiro-ministro abusou do seu cargo e humilhou o país*

NUNO FERREIRA SANTOS



Chico Buarque de Hollanda. Sendo primeiro-ministro, este extraordinário desejo de Sócrates significa, em princípio, que Portugal inteiro está interessado em Buarque de Hollanda e lhe atribui uma particular importância. Não se consegue imaginar que espécie de importância e não vale a pena fazer o esforço, porque a certa altura se descobriu que a atracção de Sócrates pelo homem era meramente pessoal. Gostava dele como poderia gostar do Pato Donald ou de um actriz de telenovela. São manias de criança (ou de adolescente), que ninguém lhe deve levar a mal.

**S**ó que aproveitada uma situação privilegiada para satisfazer uma curiosidade infantil não assenta muito bem num primeiro-ministro, e Sócrates, percebendo isso, arranhou maneira de disfarçar a coisa. O Gabinete dele anunciou tudo ao contrário: afinal, era Buarque de Hollanda quem queria conhecer o celeberrimo e fascinante Sócrates do “Simplex” e do défice. Infelizmente, Buarque de Hollanda desmentiu logo essa versão dourada. O facto é que Sócrates se enfiou à força em casa dele (de fotógrafo à trela) não se imagina porquê, nem para quê. Para arranjar um autógrafa, para ouvir a criatura “ao vivo”, para se inscrever no clube de fãs? Não há maneira de tirar o caso a limpo. A única verdade incontestável é que, por um capricho, o primeiro-ministro abusou do seu cargo e humilhou o país. Para mim, basta.

**Sobe e desce**

**António Freitas**



António Freitas geria a unidade portuguesa da Pioneer. No ano passado, foi confrontado com um cenário de despedimento colectivo em que estava incluído. A fábrica, com 127 trabalhadores, era para fechar. Freitas achou que havia ali uma oportunidade. Com outros colegas, comprou o equipamento e tem um projecto que pode permitir o regresso de muitos ex-colaboradores. (Pág. 22)

**Francesca Schiavone**



Francesca Schiavone esperou até ter quase 30 anos (faltavam-lhe 18 dias) para atingir o ponto alto da carreira. A tenista que nunca tinha sequer chegado a uma meia-final de nenhum dos 38 Grand Slams que disputou deu uma lição de determinação em Roland Garros e tornou-se na primeira italiana a conquistar um título daquela categoria. (Pág. 30)

**António Serrano**



Em 2007, Portugal garantiu 4,2 mil milhões de euros da UE para a agricultura até 2013. Mas, até agora, a meio do prazo, só 38 por cento das verbas estão comprometidos com projectos e muito menos foi efectivamente pago. A actual taxa de execução é, ainda assim, uma versão menos negativa do atraso que já vinha de trás, e que o novo ministro está a tentar superar. (Pág. 21)



**Benjamin Netanyahu**



O resultado das autópsias feitas em Istambul aos nove activistas mortos durante o ataque ao barco turco *Mavi Marmara* não abonam a favor da tese de defesa israelita. As vítimas tinham entre duas a seis balas no corpo, várias delas nas costas ou na nuca. Só um homem foi morto com um tiro: na testa. E a Turquia aponta o dedo acusador a Israel. (Págs. 12/13)



PUBLICIDADE

**AS MELHORES ESCOLHAS DOS ÚLTIMOS 10 ANOS.**

Sábado 12 de junho, não perca a Fugas especial 10<sup>ª</sup> aniversário

**P Fugas**